

DO BOM JESUS SOFREDOR AO CRISTO LIBERTADOR

Um aspecto da evolução da Teologia e da Espiritualidade católica
no Brasil

(continuação)*

Riolando Azzi

III. CRISTO REI

A devoção a Cristo Rei foi oficializada na Igreja no pontificado de Pio XI, quando se definia uma nova política da Igreja diante da sociedade. Ao invés de uma atitude de condenação e anátema, típicas dos pontificados de Pio XI, com o *Syllabus*, e de Pio X, com o *juramento antimodernista*, assinalando uma recusa frontal das novas conquistas modernas e liberais, a instituição eclesiástica se dispunha então a reconquistar sua influência sobre a sociedade.

Recusando manter-se como prisioneiro do Vaticano, Pio XI negocia com o governo italiano um reconhecimento recíproco do Estado do Vaticano e do Estado italiano, através dos tratados do Latrão. Ao mesmo tempo, o pontífice procura abrir perspectiva para uma presença mais significativa do laicato dentro da Igreja através da promoção da Ação Católica, fugindo assim de uma concepção eclesiástica tipicamente clerical promovida pelos dois pontífices anteriores de nome Pio. É evidente que o modelo tridentino de Igreja hierárquica, reforçado pelo Vaticano I, permanecia ainda solidamente implantado. Mas criava-se já um espaço para um novo reconhecimento da atividade dos leigos dentro da Igreja, considerados agora como "o braço direito" da hierarquia católica. O centralismo romano continuava forte, mas a Igreja se dispunha a sair dos muros de suas instituições católicas e de seus templos, tentando ampliar sua presença na vida social.

Sem dúvida, permanece ainda forte na Igreja o sonho de restaurar a sociedade cristã medieval, mediante a construção de uma nova Cristandade. Tendo fortalecido na fase anterior o poder hierárquico da própria instituição eclesiástica, os pontífices Pio XI e Pio XII aspiram a voltar a ser os supremos chefes religiosos da sociedade humana. A devoção a

* Cf. *Persp. Teol.* 18 (1986) 215-233.

Cristo Rei, como senhor absoluto do universo, reflete sem dúvida essa concepção a respeito dos destinos e dos rumos da humanidade. A voz dos papas e dos bispos passa a ser considerada portanto como a expressão concreta da própria vontade de Cristo, o dominador do mundo.

Para reafirmar essa nova conquista cristã do mundo, os leigos católicos são convidados a se alistarem como auxiliares do poder hierárquico.

Enquanto a devoção ao Coração de Jesus ganhara espaço sobretudo entre as mulheres, Cristo Rei se apresentava sobretudo como um pólo de atração principalmente para os homens envolvidos nas diversas agremiações católicas reunidas sob o título de Ação Católica. Eles deviam constituir a nova legião de soldados a serviço de Cristo Rei, cujo império na terra era simbolizado pelo poder espiritual da Igreja.

A presença cristã na sociedade

A festa de Cristo Rei foi oficializada para a Igreja universal durante o pontificado de Pio XI, com um conteúdo bastante explícito em sua formulação litúrgica: afirmar o primado de Cristo sobre a sociedade humana.

No missal de D. Beda, que foi amplamente divulgado no Brasil a partir dos anos 40 pelo movimento litúrgico, o significado dessa festa é assim explicitado:

“Para concluir solenemente o ano jubilar de 1925, o Santo Padre Pio XI instituiu a nova festa de Cristo Rei. Seria esta solenidade uma insistente admoestação para a humanidade inteira reconhecer a Jesus Cristo, filho de Deus, como Rei Universal do mundo. A ele se sujeitam os Reis e os Príncipes, os Magistrados e os Juizes, as artes e as leis (Hino das vésperas). Cristo deve reinar no espírito do homem pela fé, na sua vontade pela obediência às leis de Deus e da Igreja, seu Reino visível, nos corações pelo amor e ainda nos próprios corpos para que sejam santos para Deus (Encíclica)”.

O documento pontifício, após insistir na necessidade de que o povo seja instruído nessas verdades, conclui:

“Uma solenidade anual terá mais eficácia para realizá-lo do que todos os documentos mesmo os mais graves do magistério eclesiástico”¹⁷.

Com certa ênfase fala-se nesse período na implantação de uma nova Cristandade. Jacques Maritain, um dos mais influentes pensadores católicos desse período, defenderá abertamente essa tese, que será assumida em suas grandes linhas pelos intelectuais do Centro D. Vital, liderados por Jacson de Figueiredo e Tristão de Ataíde.

No Brasil, esse período é conhecido na história como a etapa da

¹⁷ Beda KECKEISEN, *Missal Quotidiano*, Salvador, Tip. Benedictina, 1958, 9ª ed., p. 1060.

Restauração Católica, concluindo o grande ciclo de afirmação tridentina iniciado em meados do século passado pela Reforma Católica¹⁸.

Essa fase se inicia a partir dos anos 20, sob a liderança de D. Sebastião Leme, arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, em seguida titular e posteriormente segundo cardeal brasileiro.

Para comemorar o evento do centenário da independência, promoveu-se em 1922 a celebração de um congresso eucarístico no Rio de Janeiro. Essa manifestação de fé fora idealizada por Dom Leme como forma de mostrar a força social da religião católica. Pela primeira vez a capital da República acolheu um grupo numeroso de bispos vindos de todo o Brasil. Na semana do congresso discursaram vários oradores de renome, clérigos e leigos, enaltecendo o valor da fé católica, e insistindo na necessidade de reafirmá-la na sociedade brasileira.

No discurso de encerramento do Congresso Eucarístico, o arcebispo afirmava:

"O povo brasileiro já não suporta o peso de uma política agnóstica, sem princípios, sem fé e sem ideal. (...) Que Jesus Sacramentado ressuscite nas classes dirigentes do país a fé que salva os homens e as nações! Que o Senhor dê a mão ao meu Brasil, e elevando-o ao nível de um grande estado cristão, o conserve e sustente na fé que presidiu ao nascer e ao desdobramento de nossa civilização. E guiado pela mão amiga de Cristo, o Brasil entrará neste segundo século da vida nacional autônoma, numa ascensão vitoriosa e serena na escalada do progresso e da glória"¹⁹.

Neste mesmo ano, colocava-se no alto do Corcovado uma flâmula no local onde se ergueria futuramente o monumento de Cristo Redentor, expressão significativa da nova presença cristã na sociedade brasileira.

Em Minas Gerais o arcebispo de Belo Horizonte D. Antônio Cabral foi outro lutador aguerrido por uma presença mais significativa da Igreja na vida social. Com esse intuito promoveu em 1928 o primeiro congresso catequético, visando implantar de novo o ensino religioso nas escolas públicas.

Na carta de convocação da assembléia, datada de 14 de abril de 1928, D. Cabral assim se expressa:

"O atual pontífice, instituindo a festa de Cristo Rei, em sua momentosa encíclica "Quas primas", com aquela acuidade intelectual e intrepidez apostó-

¹⁸ Vide Riolando AZZI, *Presença da Igreja na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, ISER, 1981.

¹⁹ *Primeiro Congresso Eucarístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1922, p. 118. Embora muito importante, esse congresso não foi reconhecido oficialmente como nacional. A série dos congressos eucarísticos nacionais se inicia com o da Bahia, em 1933.

lica que todos lhe admiram, despertou a atenção do episcopado e do mundo católico para as ameaças e calamitosas devastações provenientes do que ele chama, com propriedade, "a peste do laicismo".

E mais adiante o arcebispo concluía:

"No intuito de alertarmo-nos para os novos embates e consertar os meios práticos de ação que assegurem os inauferíveis direitos de Cristo Rei, não haverá como a sementeira de novas idéias e a orientação de equilibradas energias que o Congresso Catequístico virá suscitar e nortear"²⁰.

Os congressos eucarísticos nacionais

Os congressos eucarísticos nacionais, iniciados na década de 30 constituem uma das manifestações públicas mais importantes utilizadas pela Igreja Católica para reafirmar a sua presença na sociedade brasileira.

Já se ressaltou anteriormente o forte vínculo existente entre Coação de Jesus e Eucaristia. Também na nova devoção a Cristo Rei, os vínculos com o culto eucarístico permanecem muito estreitos. Segundo a concepção anterior, Cristo manifestava na Eucaristia seus sofrimentos pelos ultrajes recebidos, exigindo desagravo dos bons cristãos; agora, é através da Eucaristia que Cristo torna visível sua realeza no mundo, exigindo fidelidade dos verdadeiros cristãos.

Existe porém uma mudança significativa na delimitação do espaço sagrado. Segundo a mentalidade vigente no século XIX, o culto à Eucaristia devia realizar-se dentro da Igreja, onde Cristo permanecia como o prisioneiro do altar. Já em meados do século XX o culto eucarístico passa a ser realizado nas praças públicas das grandes cidades, expressando assim uma nova sacralização do espaço social profano. Em outras palavras, ao pessimismo diante de um mundo considerado perverso, sucede-se um espírito de otimismo com relação à reconstrução cristã da sociedade.

Mediante a celebração solene dos congressos eucarísticos, para os quais havia uma mobilização muito grande da população urbana, visava a hierarquia católica não só explicitar a fé do povo brasileiro, mas também mostrar o potencial de força política subjacente nessa numerosa plêiade de crentes. Em outras palavras, era um modo de dizer ao governo do país que deveria pautar sua atuação pelas orientações básicas da doutrina católica expressas através do episcopado brasileiro.

Em data de 6 de agosto de 1931, ao anunciar o primeiro congresso eucarístico nacional na Bahia, o arcebispo primaz D. Augusto Álvaro da Silva assim se expressava:

²⁰ Mário de LIMA, *O Bom Combate*, Belo Horizonte, Imprensa Nacional, 1929, pp. 259-960.

"É o país todo, é a nação em peso que se vai prostrar aos pés de Jesus para aclamá-lo Rei, não só de cada um dos corações dos seus filhos, mas ainda do coração da Pátria, do seu povo, de seus homens públicos, de suas instituições civis, de seus governos, de sua Constituição, de suas leis, do presente e o futuro da Nação"²¹.

Em artigo intitulado *Corações à Bahia*, Tristão de Ataíde assim se expressava em agosto de 1933, às vésperas do congresso programado para setembro:

"O congresso eucarístico da Bahia é atualmente o ponto de convergência de todo o catolicismo brasileiro.

Estamos num momento crucial de nossa vida nacional, e a base de onde partir a salvação é a Eucaristia.

Sem ela, será vão todo o esforço empreendido para reconstruir a nação esfacelada pelas divisões políticas e sociais"²².

O poder salvífico da Eucaristia, evidentemente, estava intimamente ligado à doutrina e ao magistério da Igreja como orientação da vida nacional. Isto, aliás, afirmava explicitamente D. Sebastião Leme, delegado pontifício ao segundo congresso eucarístico nacional, celebrado em Belo Horizonte em 1936:

"Neste momento de agitação para o mundo e para o Brasil, são ainda as lições tão sábias da Santa Igreja Católica, cimentadas junto à rocha de São Pedro, que poderão encaminhar sem receio os destinos da civilização e os destinos de nossa nacionalidade"²³.

Por sua vez, ao anunciar a celebração do terceiro congresso eucarístico nacional do Recife, D. Miguel de Lima Valverde escrevia em 11 de abril de 1938:

"Uma aspiração seja a de todos nós; que os filhos da Terra de Santa Cruz reconheçam e proclamem como o seu Rei — o Rei dos séculos — imortal e invisível, a quem é devida toda a honra e glória.

É um congresso nacional: todos os brasileiros, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, devem ser nele representados, cabendo a nós de Pernambuco a grande honra de promovê-lo e organizá-lo"²⁴.

Em síntese, os bispos sonhavam não apenas com o fortalecimento do poder eclesiástico, mas também com a estabilidade do poder político na nação. A harmonia entre os dois poderes, sempre mais fortalecidos, permitiria, segundo eles, o fortalecimento de uma sociedade declaradamente católica, vencendo tanto as novas idéias socialistas que come-

²¹ *Mensagem do Coração de Jesus*, 1932, fevereiro, pp. 92-94.

²² *Primeiro Congresso Eucarístico Nacional Brasileiro*, Bahia, 1936, p. 85.

²³ *Mensagem do Coração de Jesus*, 1936, outubro, pp. 568-9.

²⁴ *Revista do Clero*, 1938, junho, p. 218.

çavam a emergir no cenário nacional, como relegando definitivamente ao passado o cunho laicista que os liberais e positivistas haviam conseguido imprimir à primeira república.

Teologia da realeza e do apostolado leigo

Ao contrário das duas teologias precedentes, cujo enfoque básico era o sofrimento de Cristo, tomando-se como ponto de partida o Bom Jesus Padecente ou o seu Coração aberto na Cruz, a teologia da realeza coloca ênfase no Cristo ressuscitado e glorioso. É a partir da glorificação celeste de Cristo que se passa a enfatizar o domínio de Cristo sobre a sociedade humana, ou seja, a doutrina do reinado de Jesus.

A teologia da realeza de Cristo está intimamente vinculada ao modelo de Igreja hierárquica, ou seja, à instituição eclesiástica concebida primordialmente como poder espiritual. Na proclamação da doutrina de Cristo Rei, estava implícita a valorização do magistério eclesiástico, como intérprete autêntico das diretrizes divinas para os povos e as nações. O reinado de Cristo sobre a terra supunha assim o reconhecimento da autoridade da Santa Sé e o acatamento de suas orientações religiosas e morais.

A teologia da realeza de Cristo mantinha ainda um vínculo profundamente hierárquico e clerical enquanto reafirmava a Eucaristia como pólo de irradiação do seu poder divino sobre o mundo. Essa mesma ênfase no mistério eucarístico servia para fortalecer na Igreja o caráter dogmático e apologético, pois o catolicismo continuava sendo considerado como forma única e exclusiva da vivência da fé cristã.

Ao mesmo tempo, porém, diminuía-se a antinomia acentuada pelo ultramontanismo entre mundo e Igreja. A necessidade de reafirmar a presença de Cristo no mundo trazia necessariamente como consequência uma preocupação maior com as questões de natureza política e social. Daí a necessidade de abertura de maior espaço para o laicato católico.

Desse modo, na medida em que se promovia a festa de Cristo Rei e sua devoção, ressurgia também na Igreja uma espiritualidade de caráter mais leigo. A partir de então passa-se a afirmar que "os leigos também são Igreja", e que também eles têm um papel a desempenhar dentro da instituição eclesiástica.

Foi nos movimentos da Ação Católica que essa espiritualidade leiga se desenvolveu com mais força. A esse respeito, escreve João Camilo de Oliveira Torres:

"A Ação Católica de Belo Horizonte, nos dias fecundos do pontificado de Pio XI foi provavelmente a mais eficiente em nosso país, e certamente (além de certos grupos especiais) a que mais representou o espírito e as intenções

do grande papa. Chegou a atuar em todas as linhas; teve publicações periódicas, como *Vinculum unitatis*, uma excelente revista; realizou cursos diversos, movimentos de toda a sorte, e teve iniciativas fecundas em matéria de renovação bíblica, litúrgica, social, etc.”.

E o mesmo autor acrescenta a seguinte nota:

“Muito importante: a Ação Católica de Belo Horizonte não era apenas um grupo de jovens ou pessoas maduras que discutiam vivamente sobre o Corpo Místico (doutrina que dominava em todos os setores e tornou-se, por assim dizer, o cerne do pensamento e da ação do movimento), ou sobre liturgia, e citava graves beneditinos e argutos filósofos, mas o centro de uma renovação geral da sociedade”²⁵.

Como muito bem enfatiza João Camilo, foi a doutrina do Corpo Místico que possibilitou nessa etapa superar o forte clericalismo da doutrina tridentina da Igreja hierárquica, abrindo espaço para a presença dos leigos na Igreja.

Não obstante, continua-se a dar forte ênfase para que os cristãos todos, clérigos e leigos, se alinhem como soldados de Cristo, em ordem unida, sob o comando do papa, chefe supremo da Igreja e representante visível de Cristo. Desse modo, paralelamente à devoção a Cristo Rei, desenvolve-se também a chamada “devoção” ao papa.

Nos hinos compostos e divulgados nesse período, a ênfase nessa tônica militar da Igreja transparece claramente.

O canto do Apostolado da Oração inicia-se com estes versos:

“Levantai-vos soldados de Cristo
Sus correi! Sus voai à vitória.
Desfraldando a bandeira de glória
O pendão de Jesus Redentor”.

E mais adiante se declara:
“E Jesus, nosso Rei soberano
Nos convida com santa promessa.
Seu amor d’atrair-nos não cessa
À conquista de toda a virtude”.

E os congregados marianos, por seu turno, cantavam com entusiasmo:

“Do Prata ao Amazonas
Do mar às cordilheiras,
Cerremos as fileiras
Soldados do Senhor”.

Esse tipo de espiritualidade era acolhido especialmente por seminaristas e estudantes de colégios católicos, e por leigos ligados mais diretamente à instituição eclesial, como os membros da Ação Católica.

²⁵ João Camilo de OLIVEIRA TORRES, *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*, Belo Horizonte, 1972, p. 136.

Os leigos deviam atuar no mundo, mas sempre sob o olhar vigilante da hierarquia eclesiástica.

Em artigo sobre a *Ação Católica*, publicado em fevereiro de 1931, o jesuíta J. Dante afirmava:

“Mas é claro que esta ação dos leigos não pode ser independente da autoridade eclesiástica. Esta foi determinada por Jesus Cristo, como guarda fiel do seu ensino; será pois ela que indicará o caminho dentro do qual se agitará a ação católica, para que não perca o rumo. Os católicos leigos são os agentes ativos e diretivos da ação católica. O Sumo Pontífice e os bispos mostrarão o campo de ação e avisarão se por acaso a ação se desviasse”²⁶.

Apesar do rígido controle da hierarquia, a ênfase na presença da Igreja na sociedade permitia desenvolver aspectos políticos e sociais, nos quais estavam comprometidos principalmente os leigos. A partir de 1922, com a celebração do centenário da Independência, se enfatiza a idéia da união entre Religião e Pátria, entre fé católica e nacionalidade.

A união entre fé e pátria constitui a tônica dos hinos oficiais dos primeiros congressos eucarísticos nacionais.

Eis as estrofes iniciais do hino do congresso eucarístico da Bahia, com texto de D. Aquino Correia:

“Sobre os mares azuis da Bahia	Ó Jesus, ó Divino Cordeiro,
Foi que outrora, raiou toda em luz.	Hóstia e Sol! Sol de vida e de amor.
A Hóstia Santa, qual sol alumia	Ilumina o Brasil todo inteiro
O almo berço da Terra da Cruz.	Do oceano aos sertões sempre em flor”.

No hino do congresso eucarístico de Minas Gerais, celebrado em 1936, também se proclama a realeza de Cristo no mundo e no Brasil, e se procura incentivar os sentimentos de fé e pátria. No estribilho, se canta:

“Tu que és Rei, tu que aos povos dominas,
Faze aqui teu trono, ó Jesus”.

Mas é no hino do congresso eucarístico de Pernambuco, em 1939, onde mais explicitamente se afirma a união entre sentimento patriótico e crença católica. A primeira estrofe e o estribilho, nas palavras de D. Aquino Correia, são as seguintes:

“Aos clarins do congresso sagrado	Eia sus! Ó Leão do Norte
Pernambuco se ergueu varonil.	Ruge ao mar o teu grito de fé.
E o Recife se fez lado a lado	Creio em ti Hóstia Santa até a morte
Catedral onde reza o Brasil.	Quem não crê, brasileiro não é”.

Em resumo, ser brasileiro significava ser cristão, e quem não professasse a fé católica poderia ser considerado inimigo da pátria.

Também no quarto congresso eucarístico nacional, realizado em

²⁶ *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1931, fevereiro, p. 72.

São Paulo em 1942, a tônica era a realeza de Cristo:

“Brasileiros: Levantemos nossos cânticos jucundos.

Cristo vive, Cristo reina, Cristo impera em todo o mundo”.

A partir dos anos 50, jovens militantes da Ação Católica passaram a assumir uma atitude mais crítica na análise da realidade brasileira, passando-se desse modo de uma postura conservadora para uma atitude de maior compromisso social. Em consequência disso, a doutrina da realeza de Cristo foi sendo substituída progressivamente pela teologia de Cristo libertador.

IV. O CRISTO LIBERTADOR

A ênfase no tema da libertação cristã e na devoção ao Cristo libertador data apenas das últimas décadas. Ao contrário da promoção do Coração de Jesus, que representou o fortalecimento de uma visão romana e europeizante da Igreja, a devoção ao Cristo libertador está vinculada diretamente ao contexto latino-americano, e procura abrir um novo espaço para a presença da Igreja entre as camadas populares.

Nas comunidades eclesiais de base, que constituem hoje os núcleos mais atuantes do novo espírito de renovação pastoral inspirado no Vaticano II, Medellín e Puebla, a idéia da libertação cristã germinou e está se desenvolvendo com muita intensidade.

Na Assembléia do episcopado latino-americano realizada em Puebla em 1979, dedicou-se um item especial à evangelização libertadora e ao discernimento da libertação em Cristo. Nesse texto, os próprios bispos afirmam seu compromisso explícito com a evangelização libertadora, declarando:

“Pastores da América Latina, temos reações gravíssimas para urgir a evangelização libertadora, não só porque é necessário recordar o pecado individual e social, mas também porque, de Medellín para cá, a situação tem-se agravado para a maioria de nossas populações”.

E em seguida acrescentam:

“Alegra-nos constatar exemplos numerosos de tentativas de viver a evangelização libertadora em sua plenitude. Uma das principais tarefas para continuar encorajando a libertação cristã, é a procura criativa de caminhos que se afastem de ambigüidades e restrições na fidelidade total à Palavra de Deus, que nos é comunicada na Igreja e nos move ao alegre anúncio como um dos sinais messiânicos do Reino de Cristo oferecido aos pobres”²⁷.

Enquanto as outras devoções se implantaram através de imagens, templos e centros de devoção, a presença de Cristo libertador se faz sen-

²⁷ *Evangelização no presente e no futuro da América Latina*, São Paulo, Edições Paulinas, 1979, p. 160, n. 358-359.

tir principalmente, a nível popular, através de orações, cantos devocionais e de estudo e meditação da Bíblia.

A Bíblia, história da Salvação

As duas devoções precedentes — Coração de Jesus e Cristo Rei — estavam centradas na Eucaristia. A nova devoção a Cristo libertador tem como enfoque principal uma visão bíblica da História humana como história da salvação e libertação do homem. É a Palavra de Deus que convoca o povo, e é ao redor da Bíblia que os cristãos se reúnem para professar a sua fé. Enquanto para o culto eucarístico a presença clerical era indispensável, o povo católico pode-se reunir em assembléias bíblicas mesmo quando a presença do padre não é possível. Aliás, ela não é considerada mais sequer necessária. Além disso, a ênfase no aspecto bíblico cria perspectivas para uma celebração cristã mais vinculada ao próprio espaço em que o povo vive e realiza a sua história.

No hino entitulado *O povo alegre*, da autoria do sacerdote José Cândido, são cantados os seguintes versos:

“O povo alegre em marcha para o Pai
Com Cristo à frente confiante vai”.

E mais adiante o canto prossegue:

“Lá no deserto o povo a procurar
um rumo certo para o guiar
E Deus mandou Moisés a chefiar
É a Bíblia Santa a nos relatar
Por Cristo nos vem a salvação
Palavra viva do nosso Pai”²⁸.

A palavra divina se manifesta através da história humana, transformando-se assim em história da salvação. É de fato na mensagem bíblica que Cristo se manifesta como Palavra viva do Pai. Por isso no canto, *A Bíblia é a Palavra*, a comunidade cristã proclama:

“Para salvar o povo, jogado em cativeiro
Deus Pai disse a Moisés: tu és meu mensageiro”.

E em versos seguintes, se acrescenta:

“Assim falou outrora Deus Pai, o Criador
Agora vai falar Jesus, Nosso Senhor
Jesus é a Palavra que o Pai nos falou
Só Ele é o caminho, verdade, vida e amor”.

A tônica da presença de Cristo ao lado do povo de Deus em marcha histórica pela libertação aparece em múltiplos cantos devocionais.

²⁸ *Abra a Porta, Cartilha do Povo de Deus*, São Paulo, Edições Paulinas, 1979, 2ª ed., p. 232. As letras seguintes são transcritas desse mesmo texto: pp. 235, 249, 253.

Em *Agora unidos*, canta-se no fim da missa, com letra do padre José Weber:

“Somos o povo que Deus liberta Somos do Pai, família eleita Por nós o Cristo se entregou E o dom divino nos congregou		O amor de Cristo que nos uniu Hoje de novo nos reuniu E reforçou nossa unidade Para seguir juntos na caminhada”.
--	--	---

É no seguimento de Cristo, que os fiéis buscam o difícil caminho de libertação. Este tema é expresso pela irmã Maria Emília:

“Procurar a liberdade é uma luta
Liberdade é na vida se arriscar
Correndo o risco de morrer crucificado
Mas cantando a liberdade vou morrer
Caminhando eu vou, procurando eu vou
Na esperança eu vou, arriscando eu vou”.

A história da salvação é apresentada assim como uma longa caminhada do regime de opressão para a busca da liberdade em Cristo.

Do cativo à libertação

É a partir do protótipo da história de Israel que se coloca grande ênfase na história do povo latino-americano em geral, e do povo brasileiro em particular, como luta de uma estrutura de cativo em demanda da libertação. Se no catolicismo luso-brasileiro Cristo era representado como o companheiro na vida de sofrimento, agora o mesmo tema é retomado numa dimensão complementar. Cristo é o companheiro na luta e na esperança de libertação.

Nesse sentido são expressivos os versos de um poeta popular, de Goiás, cantados pelos cristãos das comunidades:

“A riqueza separou. O povo não é mais irmão
Tá vivendo desunido só por causa da ambição
Muitos vivem oprimidos, pelo povo esquecido
Que não quer libertação”.

Na estrofe seguinte, aparece bem explícita a idéia de Cristo como companheiro na trajetória da libertação:

“Mas eu tenho uma esperança que nos vamos libertar
Ter amor e ser iguais. Jesus nos vai ajudar
Nesta estrada tão comprida já enxergamos a saída
Juntos tem de caminhar”.

Enquanto a devoção a Cristo sofredor gerava comumente um sentimento de resignação diante dos sofrimentos e injustiças humanas, a doutrina de Cristo libertador procura criar nos cristãos a coragem de lutar em prol da justiça e da paz, com forte sentimento de esperança.

É comum a referência à situação do povo judeu, escravo no Egito, e a comparação de Cristo com Moisés. Cristo é o novo libertador do povo de Deus. Em *Abra a porta, cartilha do povo de Deus*, lê-se:

"A dureza da vida é grande, mas Jesus está no meio de nós e Ele não pode ser vencido.

A escravidão durou muito tempo, mas um dia os escravos puderam fazer a festa da libertação. Os apóstolos desanimaram e ficaram tristes, ao ver Jesus morto, mas depois se alegraram, ao vê-lo ressuscitado. Por isso nós acreditamos que a doença, o sofrimento, o ódio, o pecado e o demônio não vencerão. Quem está com Jesus tem seu corpo fechado para os poderes do mal. Nós todos caminhamos para libertação com Cristo e a ressurreição"²⁹.

Essas mesmas idéias são expressas nas letras cantadas pelas comunidades cristãs atingidas pela renovação pastoral. No canto *A nossa esperança*, encontram-se estes versos populares:

"Jesus é o caminho, nós 'tá caminhando
Para um mundo novo nós vamos lutando
todo orgulhoso vai ser derrotado
Quem está com Deus, vai ser libertado
Todos nós é livre, não tem mais opressão
Jesus é a vida, o amor e a união".

Por vezes, a opressão sócio-econômica em que vive o povo é denunciada mesmo explicitamente, como em *A terra é de todos*:

"A terra é para todos e não só do tubarão
Vamos lutar por ela, com amor no entanto
A união é importante, a coragem também é
Vamos exigir nossos direitos, seja homem ou mulher
Lutemos com fé, não sejamos desanimados
Pois o Cristo salvador está sempre ao nosso lado".

Em última análise, portanto, a devoção ao Cristo libertador não significa senão a retomada de um pólo de espiritualidade popular, enraizada no próprio cerne da Cristologia: a paixão, morte e ressurreição de Cristo. Ao enfatizar a idéia da ressurreição, os cristãos das comunidades de base colocam em evidência o tema central da fé cristã pois, no dizer de São Paulo, sem a ressurreição de Cristo a fé seria vã.

A ressurreição de Cristo significa a vitória sobre a morte e sobre o pecado, e ao mesmo tempo constitui uma fonte de energia cristã para a construção do reino de Deus sobre a terra, estabelecendo o seu reinado de justiça, de amor e de paz.

A ênfase na paixão de Cristo, com certo obscurecimento da idéia

²⁹ *Abra a Porta, Cartilha do Povo de Deus*, São Paulo, Edições Paulinas, 1979, 2ª ed., p. 66. Desse volume são transcritas as letras dos cantos. Vide pp. 327-328.

da ressurreição, talvez tenha contribuído para gerar no povo cristão, sobretudo o mais pobre, um certo fatalismo diante da vida.

Mesmo nesse catolicismo tradicional, porém, havia uma certa denúncia dos males do abuso do poder e da riqueza. Agora essa consciência da injustiça social se faz mais nítida, e mais forte por conseguinte o compromisso de luta pelos direitos e pela dignidade do homem, criado à imagem de Deus, e com freqüência tão vilipendiado pelas estruturas sócio-econômicas vigentes. E o fundamento religioso dessa luta é a teologia da libertação.

Teologia da libertação

Em modo análogo à doutrina de Cristo Rei, a teologia do Cristo libertador coloca ênfase no evento da Ressurreição de Cristo. De fato, é a Ressurreição de Cristo que dá um dinamismo novo à fé cristã. Leonardo Boff ressalta esse aspecto afirmando:

“Jesus anunciou um sentido absoluto ao mundo como libertação total de todas as alienações que estigmatizam a existência humana: da dor, do ódio, do pecado, e por fim, também da morte. Sua presença atualizava semelhante revolução estrutural dos fundamentos deste velho mundo, chamando-a na linguagem da época, de *Reino de Deus* (...) Sua morte parecia não só ter enterrado as esperanças de libertação, mas até destruído a primeira fé dos discípulos”.

E em seguida o mesmo autor acrescenta:

“Mas eis que alguns dias após a sua morte aconteceu algo de inaudito e único na história da humanidade. Deus o ressuscitou (...) *Agora* se mostrou quão verdadeira era a pregação de Jesus: a ressurreição é a realização de seu anúncio de total libertação, especialmente do domínio da morte. A ressurreição significa a concretização do Reino de Deus na vida de Jesus”.

E depois conclui:

“Abriu-se para nós uma porta para o futuro absoluto, e uma esperança inarrraigável penetrou no coração humano. Aqui reside o núcleo central da fé cristã. Sem isso, ela não se sustenta”³⁰.

Enquanto, porém, a teologia de Cristo Rei partia do fato da Ressurreição para afirmar o seu domínio sobre o mundo, e fortalecer simultaneamente o poder espiritual da Igreja, na nova devoção a Cristo libertador o enfoque principal é orientado para a sua presença junto ao povo, como companheiro na sua caminhada em busca da libertação. Dessa forma a nova espiritualidade e teologia, centrada na figura de Cristo libertador, assume um caráter popular mais significativo, dissociando-se do clericalismo dominante nas devoções ao Coração de Jesus e a Cristo Rei.

³⁰ Leonardo BOFF, *Jesus Cristo Libertador*, Petrópolis, Vozes, 1977, pp. 134-136.

Sob esse aspecto, a devoção ao Cristo libertador vincula-se diretamente à figura tradicional do Bom Jesus da Paixão, enfatizando-se agora o conteúdo da ressurreição de Cristo. Se antes a importância da visão teológica recaía sobre a Paixão e Morte, ressalta-se atualmente que ao terceiro dia após a morte, Cristo ressuscitou.

Desse modo, Cristo não é considerado apenas aquele que realiza a sua *Paixão e Compaixão* pelos homens, mas também aquele que traz a todos, mediante a sua ressurreição, a esperança de libertação.

De fato, *Esperança e Libertação* são as duas palavras chaves da nova versão teológica da devoção a Cristo.

A libertação que se espera não é apenas espiritual, mas envolve todos os aspectos da vida humana.

A esse respeito, é ainda Leonardo Boff quem o afirma:

“Na religião judaica, ao tempo do Novo Testamento, tudo estava presente e determinado, primeiro a relação para com Deus e depois as relações entre os homens. Tudo era sancionado como sendo a vontade de Deus expressa nos livros santos da Lei (...) A consciência sentia-se oprimida por um fardo insuportável de prescrições legais (cfr. Mt. 23, 4). Jesus levanta um impressionante protesto contra semelhante escravização em nome da Lei”.

E em outro tópico o autor assim explicita o seu pensamento:

“Cristo prega o Reino de Deus, que não é melhoria desta ou daquela parcela do mundo, mas uma transformação global das estruturas deste velho mundo, a novidade e a jovialidade de Deus reinando sobre todas as coisas (...) Enquanto Cristo prega e promete essa boa nova para o homem, Ele anuncia uma autêntica revolução. Mas é só neste preciso sentido que pode ser chamado de revolucionário, e não no sentido emocional e ideológico de revolucionário como o violento ou o rebelde frente à estruturação político-social”.

Daí a sua conclusão:

“Talvez a palavra mais adequada seria a de Libertador da consciência oprimida pelo pecado e por toda a sorte de alienações, e Libertador da triste condição humana nas suas relações para com o mundo, para com o outro e para com Deus”³¹.

Tendo um conteúdo teológico muito denso, constituído pela referência à Ressurreição de Cristo, centro da fé católica, a devoção a Cristo libertador envolve também uma dimensão política e social, mediante a perspectiva de criação de um mundo mais humano, mais justo, onde se estabeleça o reinado da paz e do amor.

³¹ Leonardo BOFF, o.c., pp. 80; 260.

“Jesus continua a esperar que a revolução por Ele encaminhada, no sentido de compreensão entre os homens e Deus, do amor indiscriminado para com todos e da contínua abertura para o futuro donde Deus vem com seu Reino definitivo, penetre sempre mais e mais nas estruturas do pensar, do agir e do planejar humano”

Segundo essa visão teológica, o reino de Deus deve começar a ser construído já nesse mundo, e o Cristo libertador se faz companheiro dos homens de boa vontade nessa tarefa de dimensões espirituais e materiais ao mesmo tempo.

A missão de Cristo sobre a terra foi a implantação do Reino de Deus, e a fé cristã impõe a continuação dessa obra. Ser cristão, em última análise, é completar a missão terrena iniciada pelo próprio Cristo.

“Ele continua a esperar o crescimento do seu Reino entre os homens, porque seu reino não começa a existir para além da morte, mas se inicia já neste mundo, sempre que se instalar mais justiça, vigorar mais amor, e se abrir um horizonte novo na captação da palavra e da revelação de Deus dentro da vida”³².

Dessa forma, um certo aspecto fatalista que havia penetrado na tradição devocional de Cristo Sofredor é substituído pelo dinamismo da fé que o Cristo Libertador traz aos homens, como companheiro de luta e esperança na trajetória humana e na construção da história.

Conclusão

Através de diversas expressões devocionais (Bom Jesus Sofredor, Coração de Jesus, Cristo Rei e Cristo Libertador), o povo cristão no Brasil tem expresso a sua fé no Mistério de Cristo Morto e Ressuscitado.

Não existem fórmulas de devoção perfeitas: todas elas expressam com força alguns aspectos do Mistério Cristão, deixando outros na penumbra.

É importante também frisar que todas essas formas devocionais apresentam uma conformidade e adaptação muito grande ao modelo eclesial dominante nas diversas etapas da vida da Igreja.

Atualmente, após o Vaticano II, se está ultrapassando o tradicional modelo tridentino de Igreja concebida como sociedade hierárquica, para valorizar o novo modelo de Igreja-Povo de Deus, expresso e propagado pela constituição *Lumen Gentium*. Nesse contexto é necessário que se compreenda a grande importância da devoção a Cristo Libertador, inserida justamente nesse novo modelo eclesial.

Trata-se de uma nova devoção, que está apenas emergindo para a

³² Leonardo BOFF, o.c., pp. 283-284.

vida. Assim sendo, creio que não é o momento adequado para se insistir nos seus limites, mas muito mais para valorizar os conteúdos positivos que daí podem desabrochar. Uma plantinha nova deve ser defendida e amparada: querer podá-la em seus tenros anos pode conduzir a um atrofiamento ou até mesmo à sua morte.

Além disso, a consciência dos direitos humanos e da necessidade de uma sociedade mais equitativa em termos de bens e oportunidades, de educação e saúde, constitui hoje a aspiração de vários grupos bastante significativos da sociedade brasileira. Por sua vez, cada vez mais as classes populares se dispõem a lutar por esse ideal.

No início da república, o padre Júlio Maria fazia um apelo cantante para que a Igreja aproveitasse o seu desvinculamento da instituição monárquica a fim de criar novas bases populares. Sua pregação era sobre a necessidade de uma união entre a Igreja e o povo.

Nessa oportunidade, porém, ele ficou sendo um profeta solitário pois a Igreja decidiu pelo fortalecimento de sua ação junto à burguesia emergente. Em conseqüência, disso, os movimentos populares do início do século, pouco atingidos por uma atuação eclesiástica, assumiram geralmente um caráter anticlerical, quando não anticristão.

Nas últimas décadas, esse panorama está mudando: de início, pela atuação da Ação Católica; em seguida, porque o regime militar autoritário provocou uma aproximação maior da Igreja com as camadas populares, mais atingidas pela violência social; por último, pelo estímulo das reflexões teológicas de Medellín e Puebla.

É nesse contexto que está nascendo a devoção a Cristo Libertador. É preciso, porém, criar mais espaço para que o povo possa de fato participar mais na elaboração da espiritualidade e da teologia de Cristo Libertador, até agora circunscrita a uma reflexão maior por parte dos teólogos.

Estimulada e apoiada adequadamente, a devoção a Cristo Libertador poderá provavelmente produzir expressões ricas de conteúdo teológico no culto e na arte religiosa marcadamente popular, dando assim um sentido místico mais profundo ao esforço em prol da construção do mundo segundo os critérios da justiça, da paz e de amor.

Além de uma dimensão ativa, de compromisso diário na construção do Reino de Deus, a vida cristã comporta também essencialmente um aspecto ritual, festivo, que se expressa nas devoções e celebrações do culto. É preciso, portanto, que não se reduza a educação cristã do povo à consciência dos seus direitos e da necessidade de luta por sua libertação, mas que os trabalhos e lutas diárias encontrem sempre o seu ponto alto na celebração da Esperança advinda do Mistério de Cristo Libertador.